

DEBÊNTURES, CRI, NP e CCB

DEBÊNTURES:

[Lei nº 6.385](#), de 7 de dezembro de 1976, dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

[Lei nº 6.404](#), de 15 de dezembro de 1976, dispõe sobre as Sociedades por Ações.

[Instrução CVM nº 28](#), de 23 de novembro de 1983, dispõe acerca do exercício da função de Agente Fiduciário dos debenturistas.

[Instrução CVM nº 400](#), de 29 de Dezembro de 2003, dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário ou secundário, e revoga a Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, e a Instrução CVM nº 88, de 3 de novembro de 1988.

[Instrução CVM nº 404](#), de 13 de fevereiro de 2004, dispõe sobre o procedimento simplificado de registro e padrões de cláusulas e condições que devem ser adotados nas escrituras de emissão de debêntures destinadas a negociação em segmento especial de bolsas de valores ou entidades do mercado de balcão organizado. (Anexos à Instrução 404: I, II, III, IV e V)

[INSTRUÇÃO CVM nº 476](#), de 16 de janeiro de 2009, dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados.

CRI - CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS:

[Lei nº 10931](#), de 02 de agosto de 2004, dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, LCI, CCI, CCB, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.

[Lei nº 9.514](#), de 20 de novembro de 1997, dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.

[Instrução CVM nº 414](#), de 30 de dezembro de 2004, dispõe sobre o registro de companhia aberta para companhias securitizadoras de créditos imobiliários e de oferta pública de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI.

NOTA PROMISSÓRIA

A nota promissória é disciplinada pelas regras da Lei Uniforme de Genebra e, em caso de lacuna, aplicam-se os princípios do Decreto nº 2.044, de 1.908. Pelo art. 77 da Lei Uniforme, são aplicáveis à nota promissória todas as disposições da letra de câmbio, evidentemente no que não lhe contrariem a natureza.

CCB

[Lei nº 10.931](#), de 02 de agosto de 2004, dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Cédula de Crédito Bancário